

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCURUTU

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 034/2026 (PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 094/2026)

O **MUNICÍPIO DE JUCURUTU/RN**, inscrito no CNPJ nº 08.095.283/0001-04 e com sede na Praça João Eufrásio de Medeiros, nº 14, Centro, Jucurutu/RN, CEP: 59.330-000, **torna público por meio de Agente de Contratação**, designada pelo designada pela **Portaria nº 093/2026**, que realizará **DISPENSA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO**, na hipótese do **art. 75, II (demais compras e serviços)**, nos termos da **Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021** e do **DECRETO MUNICIPAL Nº 1.419, DE 10 DE ABRIL DE 2024**, e demais normas aplicáveis.

E-mail para envio da proposta e documentação:
cotacoesdispensas@hotmail.com

1 - OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1 O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE FIGURINOS JUNINOS DESTINADOS ÀS APRESENTAÇÕES CULTURAIS DO “ARRAIÁ DO SEU JUCA 2026”, COM TEMÁTICA INSPIRADA NA CULTURA NORDESTINA E LITERATURA DE CORDEL**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste **Aviso de Contratação Direta** e seus anexos.

1.2 A adjudicação do objeto é **POR LOTE**

1.3 O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2 - PERÍODO PARA ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS:

2.1 A presente chamada pública ficará aberta por um período de três (03) dias úteis, contados a partir da data de sua publicação no **PNCP e Site oficial do Município** e os respectivos documentos deverão ser encaminhados para o **endereço eletrônico oficial para os processos de contratação direta: cotacoesdispensas@hotmail.com** fazendo referência ao **Processo Administrativo nº 094/2026 – Dispensa nº 034/2026**.

2.2 O limite para apresentação da proposta de preços juntamente com a documentação de habilitação será o dia **23 de junho de 2026, às 17 h**.

3 – DA HABILITAÇÃO

3.1 Os documentos de habilitação estão especificados no Termo de Referência.

4 - FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

4.1 A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome pelo seu representante, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas.

4.2 A Proposta de Preços deverá:

- a) conter as especificações detalhadas;
- b) ser formulada em linguagem clara, sem rasuras e entrelinhas, rubricada nas primeiras folhas, e assinada na última ou utilizado o certificado digital para a assinatura, de acordo com o modelo ANEXO II do termo de referência;
- c) Prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- d) Declaração expressa de que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas com tributos e demais encargos de qualquer natureza incidentes sobre o objeto desta **dispensa**, nada mais sendo lícito pleitear a esse título.
- e) conter os dados da empresa, tais como: razão social, CNPJ, endereço e telefone para contato, e bem como a indicação, mediante nome e documentos pessoais, da pessoa responsável pela assinatura do contrato decorrente deste procedimento e indicação do nome do estabelecimento bancário, localidade e número da conta - corrente em que deverá ser efetivado o pagamento;

4.3 A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte da proponente, das condições estabelecidas neste Termo e seus Anexos.

4.4 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente termo de referência e seus anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades insanáveis.

4.5 Os preços ofertados não poderão exceder os valores unitários, constantes neste Edital, devendo obedecer ao valor estipulado pela Administração.

5. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 As condições de pagamento estão especificadas no Termo de Referência.

6 – DA CONTRATAÇÃO

6.1 Após a adjudicação e homologação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

6.2 O adjudicatário terá o prazo de cinco (05) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o **contrato administrativo**, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

6.3 Alternativamente à convocação para comparecer perante o **Município de Jucurutu/RN** para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá disponibilizar o instrumento contratual para que seja assinado e devolvido no prazo de cinco (05) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

6.4 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

6.5 O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

6.6 Na assinatura do **contrato administrativo** será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

7 - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação direta sem motivo justificado;
 - h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
 - i) fraudar a dispensa ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
 - l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

Advertência pela falta do subitem 7.1.a deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
Multa de 30 % (trinta por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 7.1. a 7.1.l;

Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 7.1.b a 0 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 7.1.h a 7.1.l, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

7.3 A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º).

7.4 Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

7.5 Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

7.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

8 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do artigo 75 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, conforme disciplinamento do **decreto Nº 776/2023, art 9º, § 1º**:

Não há previsão dos serviços no PCA 2026;

o valor a ser despendido no exercício financeiro se enquadra no limite do inciso II do artigo 75 da Lei Federal nº 14.133, de 2021; e

o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade para o ano de 2026, subclasse CNAE: 7723-3/00 – Aluguel de objetos do vestuário, joias e acessórios.

8.2 No caso de todos os **fornecedores** restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

- a) republicar o presente aviso com uma nova data;
 - b) valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.
- No caso do subitem, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.
- c) fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

8.3 As providências dos subitens “a” e 0 do 8.1 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

8.4 Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente do **Município de Jucurutu/RN** na respectiva notificação.

8.5 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração.

8.6 No julgamento das propostas e da habilitação, o **Município de Jucurutu/RN** poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.7 As normas disciplinadoras deste **Aviso de Contratação Direta** serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse do **Município de Jucurutu/RN**, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

8.8 Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

8.9 O **Município de Jucurutu/RN** poderá revogar o presente **Aviso de Contratação Direta**, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.

8.10 O **Município de Jucurutu/RN** deverá anular o presente **Aviso de Contratação Direta**, no todo ou em partes, sempre que acontecer ilegalidade, de ofício ou por provocação.

8.11 A anulação do procedimento de **Contratação Direta**, não gera direito à indenização, ressalvada do disposto no parágrafo único do art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.12 Após a fase de classificação das propostas, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo **Município de Jucurutu/RN**.

8.13 Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência;
ANEXO II – Valores Máximos de Referência;
ANEXO III - Modelo da Proposta de Preços;
ANEXO IV – Modelo de Declaração Nepotismo
ANEXO V - Minuta de Termo de Contrato.

Jucurutu/ RN, 17 de junho de 2026.

JÂNAT ERIKA FERNANDES DE MEDEIROS

Agente de Contratação
(Assinado Digitalmente)

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

DEFINIÇÃO DO OBJETO

Constitui objeto deste documento a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE FIGURINOS JUNINOS DESTINADOS ÀS APRESENTAÇÕES CULTURAIS DO “ARRAIÁ DO SEU JUCA 2026”, COM TEMÁTICA INSPIRADA NA CULTURA NORDESTINA E LITERATURA DE CORDEL**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

LOTE ÚNICO

ITEM	DESCRIÇÃO - LOCAÇÃO	UNID	QUANT
1	Roupa das Idosas: Vestido junino rodado nas cores preto, branco e dourado, inspirado na xilogravura. Possui: Saia ampla com desenhos de cordel (casal, igreja, cactos) Camadas de babados com renda. Parte de cima ajustada com detalhes em laço. Mangas bufantes. Na cabeça um chapéu de palha com diadema. Tamanhos diversos a serem informados na OES.	UNID	19
2	Roupa dos idosos: Traje junino elegante nas cores preto, branco e dourado, combinando com o feminino. Composto por: Camisa com estampa de cordel até o punho. Calça preta com faixas laterais ilustradas. Suspensório no preto. Na cabeça um chapéu de palha com fitas pretas com dourado. Tamanhos diversos a serem informados na OES.	UNID	19
3	Figurino de Cordélia Vestido da mãe da noiva e destaque da quadrilha. Bem rodado no tecido de cordel colorido, inspirado na xilogravura. Possui: Saia com camadas de babados com parte superior ajustada com detalhes em fita. Mangas bufantes. Nas costas, uma abertura no meio e um laço grande, feita da mesma cor da anágua. (cor a tratar depois da escolha do tecido) Tamanho a ser informado na OES	UNID	01
4	Figurino da noiva Vestido todo branco com detalhes preto e branco como a foto. A parte superior possui mangas bufantes volumosas, adornadas com aplicações pretas em formato geométrico e acabamento em renda branca. O corpete é estruturado, ajustado ao corpo, com detalhes de amarração lateral em fita preta, criando um efeito semelhante ao de espartilho. No busto, há recortes decorativos com laço delicado. A saia é ampla e muito trabalhada, composta por várias camadas de babados, finalizadas com rendas brancas e detalhes pretos contrastantes. Tamanho a ser informado na OES.	UNID	01
5	Figurino do noivo O figurino é composto por 3 peças. 1 Camisa aberta com xilogravura, com gola e botões. 1 blazer branco com detalhes pretos e mangas longas. A calça branca com faixas ilustradas de cordel e fita preta dando o toque final. Tamanho a ser informado na OES.	UNID	01
6	Figurino do maior Camisa branca até o punho com detalhes em preto, possuindo gola e com fechamento frontal com botões. Colete preto com fitas em cetim brancas, possuindo botões para fechamento frontal e calça branca com faixa lateral preta. Tamanho a ser informado na OES.	UNID	01
7	Figurinos dos adolescentes Vestido junino rodado inspirado na xilogravura. Possui: Saia ampla com desenhos de cordel (casal, igreja, cactos) O corpete do mesmo tecido em xilogravura, possuindo mangas bem bufantes na cor preta. O babado de baixo da saia e os detalhes de fita será de cor única. Tamanhos diversos a serem informados na OES.	UNID	16
8	Figurinos dos adolescentes Traje junino elegante combinando com o feminino. Composto por: Camisa branca até o punho, no punho um detalhe em preto. Possuindo um colete por cima com a estampa de cordel como na saia das meninas. O modelo do colete apresenta gola em “V” com lapelas marcadas, fechamento frontal por botões detalhados em preto. A Calça será da cor do babado da saia das meninas, com faixas laterais (onde tem esse rosa claro) ilustradas de cordel e fita preta dando o toque final. Tamanhos diversos a serem informados na OES.	UNID	16
9	Figurantes Vestido branco rodado branco com detalhes do preto e outro no preto com detalhes de rosas brancas. Ambos com saia simples mais rodada e o corpete com gola redonda e mangas bufantes. Tamanhos diversos a serem informados na OES.	UNID	02

O serviço objeto desta contratação é **caracterizado como serviço comum**, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, conforme disposto no art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133/2021 e art. 2º, II, do Decreto Municipal nº 1.411/2024.

O prazo de vigência da contratação será de 03 (três) meses, contados da assinatura do contrato, período suficiente para a execução integral do objeto, compreendendo a locação dos figurinos juninos destinados às apresentações culturais do “Arraiá do Seu Juca 2026”, que ocorrerá no dia 25 de junho de 2026, conforme cronograma definido pela administração.

O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação a vigência da contratação.

FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação justifica-se pela necessidade de locação de figurinos juninos destinados às apresentações culturais do evento “Arraiá do Seu Juca 2026”, promovido pela Secretaria Municipal de Assistência Social, com a finalidade de fortalecer as tradições culturais nordestinas, promover a inclusão social e incentivar a participação dos usuários atendidos pelos programas, projetos e serviços socioassistenciais vinculados ao Fundo Municipal de Assistência Social.

Os figurinos serão utilizados por idosos, adolescentes e demais participantes envolvidos nas apresentações culturais realizadas durante o evento, contribuindo para a valorização da cultura popular, o fortalecimento dos vínculos comunitários e a integração social dos usuários atendidos pela política pública de assistência social do Município.

A utilização de figurinos adequados mostra-se necessária para proporcionar identidade visual às apresentações, favorecer a caracterização temática das atividades culturais e assegurar melhores condições para o desenvolvimento das ações previstas na programação do evento.

Ressalta-se que o Município não dispõe de meios próprios para o fornecimento dos figurinos necessários ao atendimento da demanda, tornando necessária a contratação de empresa especializada para o aluguel dos itens, garantindo o adequado desenvolvimento das atividades culturais programadas para o “Arraiá do Seu Juca 2026”.

Ressalta-se, ainda, que a opção pela locação dos figurinos mostra-se mais vantajosa e econômica para a Administração Pública, considerando que os modelos, estilos e temáticas dos trajes juninos utilizados nas apresentações culturais sofrem alterações e atualizações a cada edição do evento, em razão da necessidade de renovação estética, adequação às coreografias, tamanhos e valorização da criatividade das apresentações.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A melhor solução para atendimento da necessidade administrativa consiste na **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE FIGURINOS JUNINOS DESTINADOS ÀS APRESENTAÇÕES CULTURAIS DO “ARRAIÁ DO SEU JUCA 2026”, COM TEMÁTICA INSPIRADA NA CULTURA NORDESTINA E LITERATURA DE CORDEL**, promovido pela Secretaria Municipal do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social de Jucurutu/RN, compreendendo o fornecimento dos figurinos conforme especificações, quantidades, modelos, tamanhos e características definidas no Termo de Referência, com temática inspirada na cultura nordestina e na literatura de cordel.

3.2. A presente contratação deverá ser realizada por meio de **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, com adoção do critério de julgamento por **MENOR PREÇO**, adjudicação por **LOTE**, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando tratar-se de contratação de baixo valor, dentro do limite legal estabelecido para compras e serviços em geral.

“Art. 75. É dispensável a licitação:

(...)

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos), no caso de outros serviços e compras;”.

3.2.1. A adoção da adjudicação por LOTE justifica-se pela necessidade de assegurar a padronização estética, temática e visual dos figurinos que compõem o objeto da contratação, considerando que todas as peças serão utilizadas de forma integrada nas apresentações culturais do “Arraiá do Seu Juca 2026”. A execução por um único fornecedor possibilita maior uniformidade dos materiais, modelos, acabamentos, cores, tecidos e elementos decorativos, garantindo harmonia visual entre os figurinos e compatibilidade com a proposta artística inspirada na cultura nordestina e na literatura de cordel. Além disso, a locação dos itens por lote contribui para a eficiência da contratação, simplificando os procedimentos de gestão, fiscalização, entrega, ajustes de tamanhos, substituições eventuais e devolução dos figurinos ao término do evento, reduzindo custos administrativos e riscos de incompatibilidade entre peças fornecidas por empresas distintas.

3.2.2. A presente contratação não caracteriza fracionamento indevido de despesa, tendo sido considerada a totalidade da necessidade administrativa relacionada ao objeto contratado, observados os limites e requisitos previstos no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

3.3. A contratação mostra-se necessária para assegurar a adequada caracterização dos participantes das apresentações culturais do “Arraiá do Seu Juca 2026”, contribuindo para a valorização das tradições juninas, da cultura popular nordestina e da literatura de cordel, elementos que compõem a temática central do evento.

3.4. A solução proposta permitirá a padronização visual das apresentações, o fortalecimento da identidade cultural do evento, a valorização artística dos grupos participantes e a promoção da inclusão social dos usuários atendidos pelos programas, projetos e serviços socioassistenciais vinculados à Secretaria Municipal do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social.

3.5. A opção pela locação dos figurinos apresenta-se como a alternativa mais vantajosa para a Administração, considerando que os modelos, estilos, tamanhos e composições visuais utilizados nas apresentações culturais sofrem alterações a cada edição do evento, em razão das temáticas adotadas, das necessidades coreográficas e da busca pela renovação estética das apresentações, tornando desnecessária a aquisição definitiva dos itens.

3.6. A contratação de empresa especializada justifica-se ainda pela inexistência, no âmbito da Administração Municipal, de acervo próprio de figurinos em quantidade, diversidade e condições adequadas para atendimento da demanda, bem como pela necessidade de disponibilização de peças compatíveis com a proposta artística e cultural desenvolvida para o evento.

3.7. Portanto, a escolha da solução fundamenta-se na necessidade de garantir a adequada realização das apresentações culturais do “Arraiá do Seu Juca 2026”, assegurando a disponibilidade de figurinos apropriados, a valorização da cultura popular nordestina, o fortalecimento dos vínculos comunitários e a promoção das ações socioassistenciais desenvolvidas pelo Município, em atendimento ao interesse público.

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto, tendo em vista a necessidade de assegurar o adequado fornecimento dos figurinos, o controle de qualidade das peças disponibilizadas, a compatibilidade dos modelos com as especificações técnicas exigidas e a responsabilidade direta da contratada quanto à entrega, ajustes, conservação e disponibilização dos itens destinados às apresentações culturais do “Arraiá do Seu Juca 2026”.

4.2. Não haverá exigência de garantia de proposta ou garantia contratual, considerando a natureza do objeto, o valor estimado da contratação, a baixa complexidade da execução contratual e a reduzida exposição da Administração a riscos que justifiquem a adoção das garantias.

4.3. CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

4.3.1. A proposta deverá contemplar o fornecimento integral dos figurinos juninos especificados no Termo de Referência, observando as quantidades, características, modelos, tamanhos, materiais, acabamentos e demais exigências estabelecidas para as apresentações culturais do “Arraiá do Seu Juca 2026”.

4.3.2. A empresa contratada deverá possuir capacidade técnica compatível com o objeto, demonstrando aptidão para a locação dos figurinos destinados a apresentações culturais, eventos festivos, quadrilhas juninas ou atividades similares.

4.3.3. Os figurinos deverão apresentar qualidade compatível com sua finalidade, observando adequadas condições de uso, conforto, acabamento, resistência e segurança para os participantes das apresentações culturais.

4.3.4. A contratada deverá disponibilizar os figurinos em perfeitas condições de utilização, devidamente higienizados, conservados, completos e compatíveis com os tamanhos previamente informados pela Administração.

4.3.5. Os figurinos deverão observar a temática inspirada na cultura nordestina e na literatura de cordel, conforme especificações constantes no Termo de Referência e demais orientações fornecidas pela Secretaria Municipal do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social.

4.3.6. A entrega dos figurinos deverá ocorrer até o dia **24 de junho de 2026**, permitindo a realização de provas, ajustes e demais providências necessárias à adequada preparação dos participantes para as apresentações culturais.

4.3.7. Os materiais empregados na composição dos figurinos deverão possuir qualidade adequada, resistência compatível com o uso pretendido, acabamento satisfatório e características que favoreçam o conforto e a mobilidade dos participantes durante as apresentações.

4.3.8. Não serão aceitos figurinos:

- a) entregues em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência;
- b) com tamanhos incompatíveis com as medidas informadas pela Administração;
- c) que apresentem defeitos de fabricação, rasgos, manchas, avarias, desgaste excessivo ou qualquer condição que comprometa sua utilização;
- d) disponibilizados com materiais de qualidade inferior à proposta apresentada;
- e) incompletos ou desacompanhados dos acessórios previstos nas especificações do objeto;
- f) que comprometam a segurança, conforto ou mobilidade dos participantes;
- g) que não atendam à proposta temática, à identidade visual do evento ou às orientações fornecidas pela Secretaria Municipal do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social.

4.4. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

4.4.1. A contratação deverá observar, no que couber, critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica, promovendo a utilização racional de recursos e a redução de desperdícios.

4.4.2. Sempre que tecnicamente viável, deverão ser utilizados tecidos, materiais e acessórios que possibilitem reutilização, reaproveitamento ou reciclagem, contribuindo para a redução dos impactos ambientais.

4.4.3. A contratada deverá adotar boas práticas de gerenciamento dos resíduos eventualmente gerados durante os processos de confecção, ajustes, manutenção, transporte e higienização dos figurinos.

4.4.4. Os materiais empregados deverão observar condições adequadas de armazenamento, transporte, conservação e descarte, em conformidade com a legislação ambiental vigente.

4.4.5. Sempre que possível, deverão ser adotadas soluções que reduzam desperdícios de tecidos, aviamentos e demais insumos utilizados na execução contratual.

4.4.6. A contratada deverá observar integralmente a legislação trabalhista, previdenciária, ambiental, de saúde e segurança do trabalho e de proteção aos direitos humanos, sendo vedada a utilização de mão de obra infantil, trabalho forçado, degradante ou em condições análogas à escravidão.

4.4.7. A contratada deverá adotar práticas que promovam a durabilidade e conservação dos figurinos, favorecendo seu adequado aproveitamento durante toda a execução contratual.

4.5. APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA

4.5.1. Aplicam-se subsidiariamente à execução contratual as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como demais normas federais, estaduais e municipais aplicáveis às contratações públicas.

4.5.2. A contratada obriga-se a observar integralmente as normas relativas à segurança dos produtos locados, à proteção do consumidor, à saúde ocupacional e às demais exigências legais aplicáveis ao objeto contratado.

4.5.3. É vedado à contratada utilizar a imagem institucional do Município de Jucurutu/ RN, da Secretaria Municipal do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social ou do evento “Arraiá do Seu Juca 2026” para finalidades diversas da execução contratual, salvo mediante autorização prévia e expressa da Administração.

4.5.4. A contratada deverá adotar medidas aptas a assegurar a qualidade dos figurinos locados, responsabilizando-se pela substituição imediata de quaisquer peças que apresentem defeitos, avarias ou desconformidades identificadas pela fiscalização contratual.

4.5.5. Encerrada a utilização dos figurinos, caberá à contratada promover os procedimentos necessários à sua retirada ou recolhimento, quando se tratar de locação, observadas as condições e prazos definidos pela Administração.

4.5.6. A contratada responderá integralmente pelos danos causados à Administração ou a terceiros em decorrência de defeitos, inadequações, vícios de qualidade ou irregularidades relacionadas aos figurinos disponibilizados.

4.5.7. Todos os custos relacionados à produção, disponibilização, ajustes, transporte, entrega, recolhimento, higienização, manutenção, mão de obra, tributos, encargos e demais despesas necessárias à perfeita execução do objeto correrão por conta exclusiva da contratada, sem ônus adicional para a Administração, salvo disposição expressa em contrário no instrumento contratual.

PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1 São obrigações da contratante

5.1.1. Cumprir integralmente as cláusulas e condições estabelecidas no contrato e no Termo de Referência.

5.1.2. Efetuar o pagamento à contratada conforme os prazos e condições estabelecidos no instrumento contratual.

5.1.3. Fornecer à contratada todas as informações necessárias à execução do objeto, incluindo especificações dos figurinos, quantidades, tamanhos, características, cronogramas e demais orientações pertinentes.

5.1.4. Informar à contratada, em tempo hábil, as medidas, tamanhos e demais dados necessários para adequada disponibilização dos figurinos destinados aos participantes das apresentações culturais.

5.1.5. Designar fiscal do contrato para acompanhar, supervisionar, fiscalizar e atestar a execução do objeto, verificando sua conformidade com as especificações técnicas e contratuais estabelecidas.

5.1.6. Comunicar formalmente à contratadas quaisquer irregularidades constatadas na execução contratual, concedendo prazo para saneamento quando cabível.

5.1.7. Recusar figurinos entregues em desacordo com as especificações previstas no Termo de Referência, que apresentem defeitos, avarias, inadequações de tamanho, acabamento insatisfatório ou qualquer condição que comprometa sua utilização.

5.1.8. Aplicar as sanções administrativas cabíveis em caso de descumprimento contratual, observados o contraditório e a ampla defesa.

5.1.9. Disponibilizar à contratada, quando necessário, informações relativas à temática do evento, identidade visual, cronograma das apresentações e demais elementos indispensáveis à adequada execução do objeto contratado.

5.2 São obrigações da Contratada

5.2.1. Disponibilizar os figurinos em conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, observando os quantitativos, modelos, características, tamanhos, acabamentos e demais exigências estabelecidas pela Administração.

5.2.2. Disponibilizar todos os figurinos dentro dos prazos estabelecidos, em perfeitas condições de uso, devidamente higienizados, conservados e aptos à utilização pelos participantes das apresentações culturais.

5.2.3. Garantir que os figurinos observem a temática inspirada na cultura nordestina e na literatura de cordel, conforme especificações e orientações fornecidas pela Administração.

5.2.4. Realizar, quando necessário, ajustes, adequações ou substituições dos figurinos para assegurar perfeita compatibilidade com os tamanhos e necessidades dos participantes.

5.2.5. Arcar com todas as despesas diretas e indiretas necessárias à execução contratual, incluindo produção, locação, transporte, entrega, recolhimento, higienização, manutenção, mão de obra, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais.

5.2.6. Garantir a qualidade dos figurinos locados, bem como o adequado acabamento, resistência, conforto e segurança dos figurinos disponibilizados.

5.2.7. Responsabilizar-se pela integridade, conservação e adequadas condições dos figurinos durante toda a execução contratual.

5.2.8. Substituir imediatamente, sem ônus para a Administração, quaisquer figurinos que apresentem defeitos, avarias, desconformidades, desgaste excessivo ou inadequação às especificações estabelecidas.

5.2.9. Atender prontamente às solicitações da Administração relacionadas à execução contratual e prestar todos os esclarecimentos necessários.

5.2.10. Promover o recolhimento dos figurinos após a realização do evento, observando os prazos e procedimentos definidos pela Administração.

5.2.11. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados à Administração, ao patrimônio público ou privado e a terceiros decorrentes de falhas, defeitos, vícios de qualidade ou irregularidades relacionadas ao objeto contratado.

5.2.12. Manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.

5.2.13. Observar integralmente a legislação aplicável, bem como as normas técnicas, ambientais, trabalhistas, previdenciárias, sanitárias e de segurança relacionadas à execução do objeto contratado.

5.2.14. Não transferir a terceiros, total ou parcialmente, as obrigações assumidas no contrato sem prévia e expressa autorização da Administração, observadas as disposições contratuais e legais aplicáveis.

5.2.15. Responsabilizar-se pela correta identificação, separação e organização dos figurinos destinados a cada participante ou grupo, conforme informações fornecidas pela Administração.

5.2.16. Garantir que todos os acessórios integrantes dos figurinos previstos nas especificações sejam entregues juntamente com as respectivas peças principais, em quantidade e condições adequadas de utilização.

EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. A execução do objeto ocorrerá imediatamente após a emissão da Ordem de Serviço, devendo realizar a entrega integral dos figurinos até o dia **24 de junho de 2026**, possibilitando a realização de provas, ajustes, conferências e validação pela fiscalização contratual antes da apresentação oficial prevista para o dia **25 de junho de 2026**.

6.1.1. A contratada deverá apresentar cronograma de execução compatível com os prazos estabelecidos no Termo de Referência, contemplando, no mínimo:

- a) cronograma de entrega dos figurinos;
- b) datas previstas para realização das provas e ajustes;
- c) cronograma de substituições e correções eventualmente necessárias;
- d) cronograma de recolhimento dos figurinos;
- e) plano de contingência para atendimento de situações imprevistas que possam comprometer a execução do objeto.

6.1.2. Os figurinos deverão ser entregues na **Travessa 7 de Setembro, nº 16, Centro, Jucurutu/RN**, para realização das provas, conferências, ajustes e demais procedimentos necessários à adequada preparação dos participantes.

6.1.3. A contratada deverá disponibilizar estrutura operacional adequada à execução do objeto, incluindo:

- a) equipe responsável pela entrega, conferência e ajustes dos figurinos;
- b) materiais, acessórios e insumos necessários à adequada disponibilização das peças;
- c) meios de transporte para entrega e eventual recolhimento dos figurinos;
- d) suporte para realização de ajustes e correções que se fizerem necessários;
- e) demais recursos indispensáveis à perfeita execução da contratação.

6.1.3.1. A contratada será responsável pela locação, transporte, entrega, ajustes, substituições e recolhimento dos figurinos, quando aplicável, observadas as condições estabelecidas no Termo de Referência.

- 6.1.3.2.** A contratada deverá prestar suporte durante o período de preparação das apresentações culturais, promovendo os ajustes e adequações eventualmente solicitados pela fiscalização contratual.
- 6.1.3.3.** A Administração poderá solicitar ajustes relacionados a tamanhos, acabamentos, acessórios e demais adequações necessárias ao atendimento das especificações previstas no Termo de Referência, desde que não impliquem alteração substancial do objeto contratado.
- 6.2.** A execução da contratação deverá ocorrer de forma coordenada, visando assegurar a adequada caracterização dos participantes das apresentações culturais, observando as especificações definidas pela Administração.
- 6.3.** O prazo de execução será contado a partir da emissão da Ordem de Serviço.
- 6.4.** A eventual impossibilidade de cumprimento dos prazos estabelecidos deverá ser comunicada formalmente pela contratada, de maneira imediata e devidamente fundamentada, para análise e deliberação da Administração.
- 6.5.** A contratada deverá disponibilizar equipe, materiais, transporte e demais recursos necessários à adequada execução do objeto contratado.
- 6.6.** Os figurinos deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, devidamente higienizados, conservados, completos e compatíveis com os tamanhos e especificações previamente informados pela Administração.
- 6.7.** A contratada deverá observar integralmente a legislação aplicável, bem como as normas técnicas, trabalhistas, previdenciárias, ambientais e de segurança relacionadas à execução do objeto contratado.
- 6.8.** A contratada deverá corrigir, sem ônus para a Administração e no prazo estabelecido pela fiscalização contratual, quaisquer falhas, erros, irregularidades ou inadequações identificadas durante a execução contratual, incluindo:
- a) incompatibilidade de tamanhos;
 - b) defeitos de acabamento;
 - c) ausência de acessórios previstos;
 - d) utilização de materiais divergentes das especificações;
 - e) danos, avarias ou desgaste excessivo das peças;
 - f) quaisquer irregularidades que comprometam a qualidade, o conforto, a segurança ou a caracterização temática dos participantes.
- 6.9.** O deslocamento de pessoal, materiais, acessórios, figurinos e demais recursos necessários à execução do objeto será de responsabilidade exclusiva da contratada.
- 6.10.** A execução contratual deverá assegurar a adequada caracterização dos participantes das apresentações culturais, garantindo conformidade com as especificações aprovadas, valorização da cultura nordestina, da literatura de cordel e da identidade visual do evento.
- 6.10.1.** Ao final da execução contratual, a contratada deverá realizar:
- a) o recolhimento dos figurinos disponibilizados;
 - b) a conferência das peças entregues;
 - c) os procedimentos de transporte e retirada dos materiais sob sua responsabilidade;
 - d) as demais providências necessárias ao encerramento da execução contratual.
- 6.10.2.** Todos os figurinos locados estarão sujeitos à conferência, fiscalização e validação pela Administração Municipal.
- 6.11.** A contratada responderá integralmente pela qualidade, regularidade, adequação, segurança e conformidade dos figurinos fornecidos durante toda a execução contratual.

GESTÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O **Município de Jucurutu/ RN** poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o **Município de Jucurutu/ RN** poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do cronograma de entrega, prova, ajustes, substituições, disponibilização e recolhimento dos figurinos, quando aplicável, dentre outros.

Fiscalização

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

O acompanhamento do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, a qualidade, o tempo e o modo da prestação ou da execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estabelecidos no edital, para fins de pagamento, conforme o resultado pretendido pela administração, com o eventual auxílio da fiscalização administrativa;

Caberá ao fiscal técnico do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências.

O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);

Emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção.

Informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

Comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas.

Fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação.

Comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal administrativo e com o setorial.

Auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado. e

Realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

Fiscalização Administrativa

O acompanhamento dos aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas e quanto ao controle do contrato administrativo no que se refere a regularidade fiscal, social e trabalhista, Verificações de ocorrências (Cumprimento das obrigações contratuais, Obediência aos prazos estabelecidos, Entrega dos documentos obrigatórios, prestação dos serviços/entrega dos serviços com a qualidade esperada, Informação ou comunicação de situações a que estava obrigado, elaboração e encaminhamento dos relatórios e documentos exigidos contratualmente, quando aplicáveis), notificação extrajudicial, suspensão do contrato, necessidade de rescisão, alterações contratuais, percentual em relação ao valor do contrato, necessidade de reajustes, revisões, repactuações e a providências tempestivas nas hipóteses de inadimplemento.

Caberá ao fiscal administrativo do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;

Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

Examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias;

Atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

Participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal técnico e com o setorial;

Auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e
Realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

Gestor do Contrato

A coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros.

Caberá ao gestor do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial;

Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência;

Acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

Coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço/compra, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

Coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de que trata a gestão de contrato;

Elaborar o relatório final de que trata a alínea “d” do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato;

Coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico, administrativo e setorial;

Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;

Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso.

O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

MEDICÃO E PAGAMENTO

Do recebimento

Os **figurinos** serão recebidos provisoriamente mediante apresentação da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, acompanhados da relação dos itens entregues, quando solicitado pela fiscalização, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta apresentada.

O recebimento provisório ficará condicionado à verificação da efetiva entrega dos figurinos contratados, incluindo a conferência das quantidades, modelos, tamanhos, acessórios, acabamentos, condições de conservação e adequação à temática do evento.

Os **figurinos** poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando entregues em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, na proposta apresentada ou nas determinações da fiscalização contratual, devendo a contratada promover as correções, substituições ou complementações necessárias no prazo fixado pela Administração, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após verificação da conformidade dos figurinos entregues, da qualidade dos materiais empregados, dos acabamentos, dos acessórios previstos e do atendimento integral das especificações contratuais.

O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para aferição do atendimento das exigências contratuais.

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto quanto à qualidade, integridade, acabamento, quantidade, tamanhos ou extensão do fornecimento realizado, deverá ser observado o disposto no art. 143 da Lei Federal nº 14.133/2021, comunicando-se à contratada para emissão de nota fiscal referente apenas à parcela incontroversa da execução contratual, para fins de liquidação e pagamento.

O prazo para solução, pela contratada, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação da despesa, não será computado para fins do recebimento definitivo.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil, técnica e contratual da contratada pela qualidade dos figurinos fornecidos, pelos materiais empregados e pela conformidade do objeto executado.

Liquidação

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **30 (trinta) dias** úteis para fins de liquidação.

O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de **R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos)**, conforme ordem cronológica de pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, prestação de serviços e realização de obras, no âmbito do **Município de Jucurutu/RN, conforme art. 4º, §3º da Resolução nº 011/2024-TCE/ RN**.

Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

O prazo de validade;

A data da emissão;

Os dados do contrato e do órgão contratante;

O período respectivo de execução do contrato;

O valor a pagar; e

Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

A Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais.

A Administração deverá:

verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do **Município de Jucurutu/RN**, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao **Município de Jucurutu/RN**.

Prazo de pagamento

O pagamento será efetuado no prazo máximo de até **TRINTA (30) dias úteis**, contados da finalização da liquidação da despesa.

O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de **R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos)**, conforme ordem cronológica de pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, prestação de serviços e realização de obras, no âmbito do **Município de Jucurutu/RN, conforme art. 4º, §3º da Resolução nº 011/2024-TCE/RN**.

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

$I =$

$I = 0,00016438$

FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será realizado em parcela única, após o recebimento definitivo do objeto e a regular liquidação da despesa, por meio de ordem bancária para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, com adoção do critério de julgamento por **MENOR PREÇO**, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica:

Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista:

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ.

Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

Prova de **Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal**, se houver, relativo à sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual e Municipal** da sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Caso o **Prestador de serviços** seja considerado isento dos tributos Estaduais e Municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

O **Prestador de serviços** enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira:

Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do Prestador de serviços.

Qualificação Técnica:

a) Apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove a locação dos figurinos destinados a apresentações culturais, quadrilhas juninas, eventos culturais, espetáculos artísticos ou atividades similares, em características compatíveis com o objeto da contratação.

Preferência ME/EPP/Equiparadas na Participação na Licitação: SIM

Regionalização: SIM

10.8. Preferência regional de empresas enquadradas como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) situadas no âmbito local e Regional 01, conforme o art. 2º, inciso VI, da Lei Municipal nº 1.113/2024, que determina a regionalização com limites geográficos o estado do Rio Grande do Norte, conforme definição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Esta exclusividade aplica-se aos itens cujo valor total for de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), em conformidade com o disposto no art. 9º, incisos I e II, da Lei Municipal nº 1.113/2024, e com fundamento na Lei Complementar Federal nº 123/2006 e no art. 47, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

Não havendo empresa local ou regional que apresente cotação válida para o item cujo valor total for até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), este será classificado, após a publicidade dos fornecedores arrematantes, para participação das demais empresas interessadas, respeitando-se a ordem de classificação e os princípios da ampla concorrência e da vantajosidade.

A regionalização no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte justifica-se por razões operacionais, logísticas e de interesse público, considerando as peculiaridades do objeto contratado, que demanda levantamento de medidas, disponibilização de figurinos em tamanhos específicos, realização de eventuais ajustes, entrega dentro dos prazos estabelecidos e suporte operacional para atendimento das necessidades da Administração.

A proximidade geográfica das empresas sediadas no Estado do Rio Grande do Norte favorece maior eficiência na execução contratual, possibilitando redução de custos com deslocamento, transporte dos figurinos e logística de entrega e recolhimento dos itens, além de proporcionar maior celeridade

na realização de ajustes e substituições eventualmente necessárias.

A contratação de empresas regionais contribui para maior capacidade de resposta operacional em situações imprevistas, incluindo substituição de peças, correção de tamanhos, reposição de acessórios, realização de ajustes e demais necessidades relacionadas à execução do objeto.

A regionalização também favorece o acompanhamento e a fiscalização contratual pela Administração Pública, permitindo maior proximidade entre contratante e contratada, melhor controle da entrega dos figurinos e maior efetividade na supervisão do cumprimento das obrigações contratuais.

A adoção da preferência regional encontra fundamento no fortalecimento da economia local e regional, estimulando a geração de emprego, renda e desenvolvimento econômico no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte, em conformidade com os objetivos previstos na Lei Complementar nº 123/2006, na Lei nº 14.133/2021 e na Lei Municipal nº 1.113/2024.

A medida observa os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, eficiência administrativa e desenvolvimento regional sustentável, sem afastar a competitividade necessária à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Esses fatores resultam em vantajosidade econômica e eficiência administrativa para o Município.

Sustentabilidade e impacto social: Ao concentrar a contratação em empresas potiguares, o Município contribui para o crescimento do PIB estadual, retenção de tributos dentro do RN e fortalecimento de cadeias produtivas locais, gerando impacto positivo no desenvolvimento regional sustentável, em conformidade com a política de fomento prevista no art. 8º da Lei Municipal nº 1.113/2024.

O presente Termo de Referência foi elaborado pelo servidor - **João Marcos de Medeiros Brito – Secretário Municipal de Licitações, Contratos e Compras.**

ANEXO II
VALORES MÁXIMOS DE REFERÊNCIA
(VALOR MÍNIMO A SER ADJUDICADO)

LOTE ÚNICO					
ITEM	DESCRIÇÃO - LOCAÇÃO	UNID	QUANT	V. UNIT. R\$	V. TOTAL R\$
1	Roupa das Idosas: Vestido junino rodado nas cores preto, branco e dourado, inspirado na xilogravura. Possui: Saia ampla com desenhos de cordel (casal, igreja, cactos) Camadas de babados com renda. Parte de cima ajustada com detalhes em laço. Mangas bufantes. Na cabeça um chapéu de palha com diadema. Tamanhos diversos a serem informados na OES.	UNID	19	289,33	5.497,27
2	Roupa dos idosos: Traje junino elegante nas cores preto, branco e dourado, combinando com o feminino. Composto por: Camisa com estampa de cordel até o punho. Calça preta com faixas laterais ilustradas. Suspensório no preto. Na cabeça um chapéu de palha com fitas pretas com dourado. Tamanhos diversos a serem informados na OES.	UNID	19	246,50	4.683,50
3	Figurino de Cordêlia Vestido da mãe da noiva e destaque da quadrilha. Bem rodado no tecido de cordel colorido, inspirado na xilogravura. Possui: Saia com camadas de babados com parte superior ajustada com detalhes em fita. Mangas bufantes. Nas costas, uma abertura no meio e um laço grande, feita da mesma cor da anágua. (cor a tratar depois da escolha do tecido) Tamanho a ser informado na OES	UNID	01	346,67	346,67
4	Figurino da noiva Vestido todo branco com detalhes preto e branco como a foto. A parte superior possui mangas bufantes volumosas, adornadas com aplicações pretas em formato geométrico e acabamento em renda branca. O corpete é estruturado, ajustado ao corpo, com detalhes de amarração lateral em fita preta, criando um efeito semelhante ao de espartilho. No busto, há recortes decorativos com laço delicado. A saia é ampla e muito trabalhada, composta por várias camadas de babados, finalizadas com rendas brancas e detalhes pretos contrastantes. Tamanho a ser informado na OES.	UNID	01	494,52	494,52
5	Figurino do noivo O figurino é composto por 3 peças. 1 Camisa aberta com xilogravura, com gola e botões. 1 blazer branco com detalhes pretos e mangas longas. A calça branca com faixas ilustradas de cordel e fita preta dando o toque final. Tamanho a ser informado na OES.	UNID	01	428,33	428,33
6	Figurino do major Camisa branca até o punho com detalhes em preto, possuindo gola e com fechamento frontal com botões. Colete preto com fitas em cetim brancas, possuindo botões para fechamento frontal e calça branca com faixa lateral preta. Tamanho a ser informado na OES.	UNID	01	279,70	279,70
7	Figurinos dos adolescentes Vestido junino rodado inspirado na xilogravura. Possui: Saia ampla com desenhos de cordel (casal, igreja, cactos) O corpete do mesmo tecido em xilogravura, possuindo mangas bem bufantes na cor preta. O babado de baixo da saia e os detalhes de fita será de cor única. Tamanhos diversos a serem informados na OES.	UNID	16	390,00	6.240,00
8	Figurinos dos adolescentes Traje junino elegante combinando com o feminino. Composto por: Camisa branca até o punho, no punho um detalhe em preto. Possuindo um colete por cima com a estampa de cordel como na saia das meninas. O modelo do colete apresenta gola em “V” com lapelas marcadas, fechamento frontal por botões detalhados em preto. A Calça será da cor do babado da saia das meninas, com faixas laterais (onde tem esse rosa claro) ilustradas de cordel e fita preta dando o toque final. Tamanhos diversos a serem informados na OES.	UNID	16	279,50	279,50
9	Figurantes Vestido branco rodado branco com detalhes do preto e outro no preto com detalhes de rosas brancas. Ambos com saia simples mais rodada e o corpete com gola redonda e mangas bufantes. Tamanhos diversos a serem informados na OES.	UNID	02	194,97	389,94
VALOR TOTAL					22.831,93

A presente Pesquisa de Preço foi elaborada pela servidora - **Gisele Viana Pereira de Medeiros - Pesquisadora Oficial.**

ANEXO III – MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS**DADOS DA EMPRESA****Ref. Processo Administrativo nº 094/2026 – Dispensa nº 034/2026****Srª. Agente de Contratação**

A Empresa _____ sediada à (rua, bairro, cidade, telefone, etc), inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, propõe ao **Município de Jucurutu/RN, a aquisição dos itens** abaixo indicados, nas seguintes condições:

Valores:

LOTE ÚNICO					
ITEM	DESCRIÇÃO - LOCAÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNT	VALOR GLOBAL
1	Roupa das Idosas: Vestido junino rodado nas cores preto, branco e dourado, inspirado na xilogravura. Possui: Saia ampla com desenhos de cordel (casal, igreja, cactos) Camadas de babados com renda. Parte de cima ajustada com detalhes em laço. Mangas bufantes. Na cabeça um chapéu de palha com diadema. Tamanhos diversos a serem informados na OES.	UNID	19		
2	Roupa dos idosos: Traje junino elegante nas cores preto, branco e dourado, combinando com o feminino. Composto por: Camisa com estampa de cordel até o punho. Calça preta com faixas laterais ilustradas. Suspensório no preto. Na cabeça um chapéu de palha com fitas pretas com dourado. Tamanhos diversos a serem informados na OES.	UNID	19		
3	Figurino de Cordélia Vestido da mãe da noiva e destaque da quadrilha. Bem rodado no tecido de cordel colorido, inspirado na xilogravura. Possui: Saia com camadas de babados com parte superior ajustada com detalhes em fita. Mangas bufantes. Nas costas, uma abertura no meio e um laço grande, feita da mesma cor da anágua. (cor a tratar depois da escolha do tecido) Tamanho a ser informado na OES	UNID	01		
4	Figurino da noiva Vestido todo branco com detalhes preto e branco como a foto. A parte superior possui mangas bufantes volumosas, adornadas com aplicações pretas em formato geométrico e acabamento em renda branca. O corpete é estruturado, ajustado ao corpo, com detalhes de amarração lateral em fita preta, criando um efeito semelhante ao de espartilho. No busto, há recortes decorativos com laço delicado. A saia é ampla e muito trabalhada, composta por várias camadas de babados, finalizadas com rendas brancas e detalhes pretos contrastantes. Tamanho a ser informado na OES.	UNID	01		
5	Figurino do noivo O figurino é composto por 3 peças. 1 Camisa aberta com xilogravura, com gola e botões. 1 blazer branco com detalhes pretos e mangas longas. A calça branca com faixas ilustradas de cordel e fita preta dando o toque final. Tamanho a ser informado na OES.	UNID	01		
6	Figurino do major Camisa branca até o punho com detalhes em preto, possuindo gola e com fechamento frontal com botões. Colete preto com fitas em cetim brancas, possuindo botões para fechamento frontal e calça branca com faixa lateral preta. Tamanho a ser informado na OES.	UNID	01		
7	Figurinos dos adolescentes Vestido junino rodado inspirado na xilogravura. Possui: Saia ampla com desenhos de cordel (casal, igreja, cactos) O corpete do mesmo tecido em xilogravura, possuindo mangas bem bufantes na cor preta. O babado de baixo da saia e os detalhes de fita será de cor única. Tamanhos diversos a serem informados na OES.	UNID	16		
8	Figurinos dos adolescentes Traje junino elegante combinando com o feminino. Composto por: Camisa branca até o punho, no punho um detalhe em preto. Possuindo um colete por cima com a estampa de cordel como na saia das meninas. O modelo do colete apresenta gola em “V” com lapelas marcadas, fechamento frontal por botões detalhados em preto. A Calça será da cor do babado da saia das meninas, com faixas laterais (onde tem esse rosa claro) ilustradas de cordel e fita preta dando o toque final. Tamanhos diversos a serem informados na OES.	UNID	16		
9	Figurantes Vestido branco rodado branco com detalhes do preto e outro no preto com detalhes de rosas brancas. Ambos com saia simples mais rodada e o corpete com gola redonda e mangas bufantes. Tamanhos diversos a serem informados na OES.	UNID	02		

b) Nos preços acima estão incluídos todos os insumos que o compõem, inclusive as despesas com: tributos, encargos sociais e trabalhistas, fretes, carga e descarga, seguros, e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no **fornecimento dos produtos** objeto desta Licitação.

c) Prazo de validade da proposta: (no mínimo de 60 dias).

d) Caso nos seja adjudicado o objeto da presente licitação, nos comprometemos receber a **nota de empenho/ autorização de compra** no prazo determinado no Edital, indicando para esse fim o Sr. _____, Carteira de identidade nº _____, CPF nº _____, (função na empresa), (endereço residencial) como responsável legal desta empresa.

e) Dados bancários: (informar banco, agência e conta corrente).

f) E-mail para o recebimento da AC e Telefone de Contato: _____.

Finalizando, declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e em seus anexos.

Local e data,

Nome e Cargo do Representante da Empresa
CPF nº

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE NEPOTISMO

A empresa....., inscrita no CNPJ nº, com sede na, por intermédio de seu representante legal, o Sr.(a)....., infra-assinado, portador (a) da Carteira de Identidade nº.....e do CPF/MF nº, **para os fins de classificação de sua proposta neste Processo Licitatório**, em cumprimento ao disposto no art. 14, IV da Lei nº 14.133/2021, DECLARA expressamente, sob as penas da lei, que **NÃO SE ENQUADRA EM NENHUMA DAS SITUAÇÕES ABAIXO DESCRITAS QUE IMPORTE NA PRÁTICA DE NEPOTISMO**:

1 - vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com Prefeito, o Vice-Prefeito e os Vereadores do **Município de Jucurutu/ RN** e com servidores Municipais ocupantes de cargo efetivo ou comissionado que desempenhem função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato;

2 - que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

Atenciosamente,

Local e data.

(assinatura do representante legal)

ANEXO V - MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE FAZEM ENTRE SI **O MUNICÍPIO DE JUCURUTU/RN** E A EMPRESA

MUNICÍPIO DE JUCURUTU/RN, inscrito no CNPJ/ MF sob o nº 08.095.283/0001-04, com sede na Praça João Eufrásio de Medeiros, nº 14, Centro, Jucurutu/RN, CEP: 59.330-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Igo Nielson Queiroz e Silva, brasileiro, casado, gestor público, portador de RG nº 19.44.995 (SSP/RN) e CPF nº 061.555.994-83, residente na Rua Ludgero Bezerra, nº 200, COHAB, Jucurutu/ RN, CEP: 59.330-000, e o(a) empresa, *inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em* doravante designado CONTRATADO, *neste ato representado(a) por* (nome e função no contratado), **conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos**, tendo em vista o que consta no Processo e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente de **Dispensa de Licitação**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1 O objeto do presente instrumento é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE FIGURINOS JUNINOS DESTINADOS ÀS APRESENTAÇÕES CULTURAIS DO “ARRAIÁ DO SEU JUCA 2026”, COM TEMÁTICA INSPIRADA NA CULTURA NORDESTINA E LITERATURA DE CORDEL**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

Objeto da contratação:

LOTE ÚNICO			
ITEM	DESCRIÇÃO - LOCAÇÃO	UNID	QUANT
1	Roupa das Idosas: Vestido junino rodado nas cores preto, branco e dourado, inspirado na xilogravura. Possui: Saia ampla com desenhos de cordel (casal, igreja, cactos) Camadas de babados com renda. Parte de cima ajustada com detalhes em laço. Mangas bufantes. Na cabeça um chapéu de palha com diadema. Tamanhos diversos a serem informados na OES.	UNID	19
2	Roupa dos idosos: Traje junino elegante nas cores preto, branco e dourado, combinando com o feminino. Composto por: Camisa com estampa de cordel até o punho. Calça preta com faixas laterais ilustradas. Suspensório no preto. Na cabeça um chapéu de palha com fitas pretas com dourado. Tamanhos diversos a serem informados na OES.	UNID	19
3	Figurino de Cordélia Vestido da mãe da noiva e destaque da quadrilha. Bem rodado no tecido de cordel colorido, inspirado na xilogravura. Possui: Saia com camadas de babados com parte superior ajustada com detalhes em fita. Mangas bufantes. Nas costas, uma abertura no meio e um laço grande, feita da mesma cor da anágua. (cor a tratar depois da escolha do tecido) Tamanho a ser informado na OES	UNID	01
4	Figurino da noiva Vestido todo branco com detalhes preto e branco como a foto. A parte superior possui mangas bufantes volumosas, adornadas com aplicações pretas em formato geométrico e acabamento em renda branca. O corpete é estruturado, ajustado ao corpo, com detalhes de amarração lateral em fita preta, criando um efeito semelhante ao de espartilho. No busto, há recortes decorativos com laço delicado. A saia é ampla e muito trabalhada, composta por várias camadas de babados, finalizadas com rendas brancas e detalhes pretos contrastantes. Tamanho a ser informado na OES.	UNID	01
5	Figurino do noivo O figurino é composto por 3 peças. 1 Camisa aberta com xilogravura, com gola e botões. 1 blazer branco com detalhes pretos e mangas longas. A calça branca com faixas ilustradas de cordel e fita preta dando o toque final. Tamanho a ser informado na OES.	UNID	01
6	Figurino do major Camisa branca até o punho com detalhes em preto, possuindo gola e com fechamento frontal com botões. Colete preto com fitas em cetim brancas, possuindo botões para fechamento frontal e calça branca com faixa lateral preta. Tamanho a ser informado na OES.	UNID	01
7	Figurinos dos adolescentes Vestido junino rodado inspirado na xilogravura. Possui: Saia ampla com desenhos de cordel (casal, igreja, cactos) O corpete do mesmo tecido em xilogravura, possuindo mangas bem bufantes na cor preta. O babado de baixo da saia e os detalhes de fita será de cor única. Tamanhos diversos a serem informados na OES.	UNID	16
8	Figurinos dos adolescentes Traje junino elegante combinando com o feminino. Composto por: Camisa branca até o punho, no punho um detalhe em preto. Possuindo um colete por cima com a estampa de cordel como na saia das meninas. O modelo do colete apresenta gola em “V” com lapelas marcadas, fechamento frontal por botões detalhados em preto. A Calça será da cor do babado da saia das meninas, com faixas laterais (onde tem esse rosa claro) ilustradas de cordel e fita preta dando o toque final. Tamanhos diversos a serem informados na OES.	UNID	16
9	Figurantes	UNID	02

	Vestido branco rodado branco com detalhes do preto e outro no preto com detalhes de rosas brancas. Ambos com saia simples mais rodada e o corpete com gola redonda e mangas bufantes. Tamanhos diversos a serem informados na OES.	
--	---	--

Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

O Termo de Referência;

A Autorização de Contratação Direta;

A Proposta do contratado; e

Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA, PRORROGAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

2.1- O prazo de vigência da contratação será de 03 (três) meses, contados da assinatura do contrato, período suficiente para a execução integral do objeto, compreendendo a locação dos figurinos juninos destinados às apresentações culturais do “Arraiá do Seu Juca 2026”, que ocorrerá no dia 25 de junho de 2026, conforme cronograma definido pela administração.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

O valor da contratação é de R\$ (.....), perfazendo o valor total de R\$ (....).

No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE (art. 92, V)

Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **17 de junho de 2026**.

Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice **IPCA (IBGE)- Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

São obrigações do Contratante:

Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

A Administração terá o prazo de **um (01) mês**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **um (01) mês**.

Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da

União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congêneres.

Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação na contratação direta;

Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

CLÁUSULA NONA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

As partes deverão cumprir a *Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD)*, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do *art. 6º da LGPD*.

É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

Terminado o tratamento dos dados nos termos do *art. 15 da LGPD*, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do *art. 16 da LGPD*, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (*LGPD, art. 37*), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

der causa à inexecução parcial do contrato;

der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

der causa à inexecução total do contrato;

ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

praticar ato fraudulento na execução do contrato;

comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Multa:

Moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de trinta (30) dias;

Moratória de 0,05% zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

O atraso superior a trinta (30) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 20% a 30% do valor do Contrato.

Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 20% a 30% do valor do Contrato.

Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 20% a 30% do valor do Contrato.

Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 11% a 19% do valor do Contrato.

Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato.

A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de trinta (30) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a natureza e a gravidade da infração cometida;

as peculiaridades do caso concreto;

as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

os danos que dela provierem para o Contratante;

a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo **Município de Jucurutu/RN** decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o **Município de Jucurutu/RN**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

Balanco dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

Indenizações e multas.

A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

- CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral **Município de Jucurutu/RN** deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I – Gestão/Unidade:

17.017 – SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO, DA HABITAÇÃO E DA ASSISTENCIA SOCIAL

II – Fonte de Recursos:

16600000 – Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS

15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos

III – Programa de Trabalho:

0008 – ASSISTÊNCIA SOCIAL A TODOS

IV – Elemento de Despesa:

3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

V – Plano Interno:

2118 – MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2029 – MANUT. SEC MUN TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSIST.SOCIAL

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes, se houver, será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e na imprensa oficial do Município – FAMUP.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)

Fica eleito o **Foro da Jucurutu/RN** para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

E assim, por estarem de acordo, ajustadas e contratadas, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente contrato, em três (03) vias de igual teor e forma, para um só efeito.

Jucurutu/RN, a data de assinatura do presente Instrumento será a data da última assinatura digital do último representante das Partes que o assinar.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA	XXXXXXXXXX
Prefeito Municipal	P/Contratada
P/Contratante	

Publicado por:
Aldimaria Domingos da Silva
Código Identificador:307A6791

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte no dia 18/06/2026. Edição 3815

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<https://www.diariomunicipal.com.br/femurn/>